

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.361.461 - PR (2018/0234432-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : BANCO BANESTADO S.A
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS -
PR024498
PATRÍCIA CARLA DE DEUS LIMA - PR028277
ADVOGADOS : GIOVANNA PRICE DE MELO - PR027544
CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO FILHO - PR029774
AGRAVADO : ALCÉMIR ANTONIO GEMBAROSKI
AGRAVADO : APELONIA CORDEIRO
REPR. POR : ERALDO JOSE LICHESKI
REPR. POR : SONIA MARIA LIECHESKY LEVCOVIX
AGRAVADO : GURG JOSE LICHETZKI - ESPÓLIO
AGRAVADO : ERNANI ALISKI
REPR. POR : NELI AUGUSTINHAK CZIKAILO
REPR. POR : RAFAEL CZIKAILO
AGRAVADO : JOSE CZIKAILO - ESPÓLIO
REPR. POR : FERNANDO CZIKAILO
AGRAVADO : MARIEMA MEIRA WITKOWSKI
AGRAVADO : NELY GENOVEFA RUTKOWSKI HETKA
AGRAVADO : ODAIR JOSE BRUDNITSKI POPOASKI
AGRAVADO : LEOCADIA BRUDNITSKI POPOASKI
AGRAVADO : PEDRO PEREIRA
AGRAVADO : DIRCE EDVIGES ROCHA PEREIRA
AGRAVADO : ZULEIME CRISTINA BRONGIEL
ADVOGADO : ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA - PR064137

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por BANCO ITAU UNIBANCO S.A em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO PELA CÂMARA JULGADORA. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS. ARTIGO 543-C, § 7º, INCISO II, DO CPC E ARTIGO 109, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO. PRESCRIÇÃO AFASTADA NO ACÓRDÃO AGRAVADO. JULGAMENTO DO RESP 412

Superior Tribunal de Justiça

1.273.643/PR. MODIFICAÇÃO DA DECISÃO. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO ATUAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. PRETENSÃO EXECUTIVA PRESCRITA. ÔNUS SUCUMBENCIAL À PARTE AGRAVADA. ACÓRDÃO REFORMADO EM SEDE DE JUIZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO (e-STJ fl. 403).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 611/637).

Nas razões do especial, o recorrente apontou ofensa ao art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando que os honorários advocatícios estipulados em R\$ 600,00 mostram-se irrisórios, levando-se em consideração o valor envolvido na demanda.

Argumentou que o valor arbitrado corresponde a 0,25% do valor da causa, devendo ser majorado para, no mínimo, 10% sobre o valor da condenação, ou para quantia superior à fixada.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 660/679 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 681/684), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 688/698 (e-STJ).

Impugnação às fls. 704/729 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Diante da relevância do tema versado, impõe-se a conversão do presente agravo em recurso especial, para melhor exame da controvérsia.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial.

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator